



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA

Protocolo nº 4057

Em 04 / 12 / 25

Suldy
EXPEDIENTE

Ofício nº 4394/2025/SG

Juiz de Fora, 04 de dezembro de 2025

Exmº. Sr.
José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal
36016-000 - Juiz de Fora - MG

Assunto: Errata da Lei Complementar nº 278, de 25 de novembro 2025.

Excelentíssimo Senhor,

Comunicamos a V. Ex.^a para os devidos fins, que PUBLICAMOS a Errata da Lei Complementar nº 278 que " Altera a Lei Complementar nº 23, de 22 de junho de 2015".

Respeitosamente,

MARIA
MARGARIDA
MARTINS
SALOMAO:135
21039668

Assinado de forma
digital por MARIA
MARGARIDA MARTINS
SALOMAO:135210396

68
Dados: 2025.12.04
11:00:29 -03'00'

Margarida Salomão
Prefeita de Juiz de Fora



ERRATA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 278 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

Publicada em 26/11/2025.

Onde se lê:

“Altera a Lei Complementar nº 23, de 22 de junho de 2015.

Substitutivo ao Projeto nº 20/2025, de autoria dos Vereadores Luiz Otávio Fernandes Coelho - Pardal e Maurício Delgado.

(...)”

Leia-se:

“Altera a Lei Complementar nº 23, de 22 de junho de 2015.

Substitutivo ao Projeto nº 20/2025, de autoria dos Vereadores Luiz Otávio Fernandes Coelho - Pardal e Maurício Delgado.

(...)

ANEXO

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTORIZADAS EM USO COMERCIAL LOGÍSTICO

1. ATIVIDADES LOGÍSTICAS AUTORIZADAS

São admitidas, observando as condicionantes urbanísticas e ambientais, as seguintes atividades de natureza logística:

1.1 Centros de distribuição e armazenagem de bens não perigosos, secos e embalados.

1.2 Depósitos e armazéns de produtos alimentícios industrializados, devidamente acondicionados e com controle de resíduos e efluentes.

1.3 Empresas de transporte, coleta e entrega de cargas secas, desde que não envolvam produtos perigosos.

1.4 Serviços de armazenagem frigorífica que utilizem gases refrigerantes de baixo potencial poluidor e apresentem plano de segurança aprovado.



1.5 Operadores logísticos e de distribuição de e-commerce com área impermeabilizada controlada e sistema de tratamento de águas pluviais.

1.6 Centros de logística reversa de materiais recicláveis não perigosos, com destinação final licenciada.

1.7 Empreendimentos de apoio à logística, tais como oficinas leves de manutenção de frota, lavadores de veículos com sistema de reuso e tratamento de efluentes, e estacionamentos de veículos de carga, desde que tecnicamente comprovada a inexistência de risco de contaminação hídrica.

2. ATIVIDADES LOGÍSTICAS NÃO AUTORIZADAS

São vedadas as seguintes atividades de natureza logística, em razão de seu potencial impacto ambiental incompatível com a área de amortecimento do manancial:

2.1 Terminais de combustíveis, gás ou derivados de petróleo, inclusive armazenamento a granel.

2.2 Depósitos de produtos químicos, inflamáveis, corrosivos ou tóxicos.

2.3 Transbordo, triagem ou tratamento de resíduos industriais ou perigosos.

2.4 Operações logísticas que envolvam transporte e manuseio de substâncias perigosas, ainda que temporariamente.

2.5 Bases operacionais de transporte de grande porte que gerem ruído excessivo, tráfego pesado constante ou risco de vazamentos.

2.6 Armazenagem a céu aberto de produtos pulverulentos, detritos ou sucatas.

2.7 Postos de abastecimento integrados a empreendimentos logísticos, quando houver risco de infiltração ou contaminação do solo e das águas.

3. ATIVIDADES INDUSTRIAIS AUTORIZADAS:

São admitidas, desde que observadas as condicionantes ambientais e urbanísticas, as seguintes categorias de baixo impacto ambiental, respeitados os critérios de porte definidos na Lei Municipal nº 6.910/1986:

3.1 Indústria alimentícia e de bebidas de pequeno porte, que utilize tecnologias limpas e sistema de tratamento de efluentes.

3.2 Indústrias de beneficiamento leve de produtos agrícolas e naturais, sem geração de efluentes tóxicos.



3.3 Indústrias de produtos sustentáveis, recicláveis ou de reutilização de materiais, desde que comprovada a inocuidade ambiental.

3.4 Indústrias de montagem e eletrônica leve, sem processos de galvanização, pintura ou uso de solventes.

3.5 Indústrias artesanais e de pequeno porte, com baixo consumo de água e energia e ausência de emissões atmosféricas relevantes, tais como, marcenaria, serralheria, fabricação de esquadrias, ou outras atividades similares.

4. USOS INDUSTRIAIS NÃO AUTORIZADOS

São proibidas na ZE1 as seguintes categorias industriais, em razão de seu elevado potencial poluidor e risco ambiental:

4.1 Indústria de Energia, incluindo geração, refino, armazenamento ou distribuição de carvão, petróleo, gás ou derivados.

4.2 Indústria Química e Petroquímica, produtora de plásticos, fertilizantes, solventes, tintas e produtos de limpeza.

4.3 Indústria Têxtil, devido ao consumo intensivo de água e geração de efluentes contaminantes.

4.4 Indústria de Mineração, em qualquer de suas fases (extração, beneficiamento ou deposição de rejeitos).

4.5 Indústria de Papel e Celulose.

4.6 Indústria de Construção Civil pesada, como usinas de concreto, asfalto ou britagem.

4.7 Indústria Metalúrgica e Mecânica pesada, com processos de fundição, galvanização ou soldagem em larga escala.

4.8 Indústria de Transporte e de Veículos, envolvendo pintura, lavagem ou manutenção com risco de contaminação.

4.9 Qualquer outra indústria que gere resíduos ou efluentes perigosos, odores, ruído ou vibração acima dos limites legais.

5. DISPOSIÇÃO COMPLEMENTAR

As atividades não expressamente listadas e as atividades industriais autorizadas contidas neste Anexo somente poderão ser implantadas na ZE1 mediante parecer técnico conjunto e favorável dos órgãos competentes de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, que deverão avaliar:



- I - a compatibilidade da atividade com a função de amortecimento e proteção do manancial;
- II - o potencial de impacto sobre os recursos hídricos, o solo e a vegetação nativa;
- III - a capacidade da infraestrutura local e viária em absorver o uso pretendido.”

Prefeitura de Juiz de Fora, 03 de dezembro de 2025.

MARGARIDA SALOMÃO
Prefeita de Juiz de Fora